



EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2016.

1- INTRODUÇÃO

1.1- A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, comunica aos interessados, que o **“Município de Cabo Frio”** fará **realizar no dia 20 de maio de 2016, às 10:00 horas**, no Auditório do Posto de Saúde da Família da Vila Nova, sito à Av. Teixeira e Souza, 632, Vila Nova, na cidade de Cabo Frio, reunião para receber e iniciar a abertura dos envelopes referentes à Licitação por **Tomada de Preços nº 014/2016 – Processo nº 1890/2015**, do tipo menor preço global das obras especificadas neste Edital, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 8.666/93.

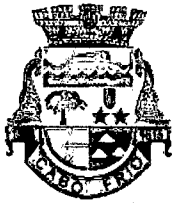
1.2- A Tomada de Preços a que se refere este Edital poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público decorrente de fato devidamente comprovado ou anulado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 49 da Lei nº 8.666/93.

1.3- O Edital e seus anexos (Minuta de Contrato, Formulário de Proposta de Preços, Declaração de Visita, Declaração de Emprego de Menor (modelo), Declaração de Submissão ao Edital (modelo) e Termo de Encerramento (modelo), poderão ser adquiridos mediante a entrega como **doação de 03 (três) Resmas de Papel A4**, na sala do Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua Fagundes Varela s/n - Bairro São Cristóvão, Cidade de Cabo Frio - RJ, nos horários descritos abaixo, não sendo por fato obrigatório e impeditivo a participar do certame licitatório.

1.4- Maiores informações e esclarecimentos de dúvidas de interpretação deste Edital poderão ser obtidas e dirimidas das 09:00 às 12:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados do Município de Cabo Frio, Estaduais e Nacionais, no endereço da Comissão Permanente de Licitações da Secretaria de Saúde, Cabo Frio, telefone: (0xx22) 2646-2574, até o dia anterior da data estabelecida para a abertura dos envelopes. As dúvidas relativas à execução das obras devem ser esclarecidas na Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Saúde, pelo telefone: (0xx22) 2645-2574, – E-MAIL: smsaudecompras@gmail.com

2- OBJETO

2.1- O objeto da presente Tomada de Preços, é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para Reforma das Unidades Básicas de Saúde, (Gamboa, Boca do Mato, Botafogo, Araçá, Maria Joaquina, Tangará, Porto do Carro, Monte Alegre, Praia do Siqueira, Però, Jardim Nautilus e São Jacinto) no 1º e 2º Distrito de Cabo Frio/RJ, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo e Cronograma Físico-Financeiro.



3 – RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1- Os recursos necessários à realização da obra licitada, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Fonte- Especificidades Regionais – Ampliação / Reforma / Construção.

3.2– Código de Despesa: 44.90.51. Obras e Instalações.

O valor previsto, objeto desta licitação está orçado em **RS 700.000,00** (Setecentos mil Reais).

4 – TIPO DE LICITAÇÃO

4.1- A presente licitação na modalidade de Tomada de Preços é do tipo **menor preço global**, sob regime de empreitada.

5 – PRAZO

5.1- O prazo para execução das obras será de 90 (noventa dias) dias corridos, em perfeita obediência ao Cronograma Físico-Financeiro. O prazo para início dos trabalhos é de 07 (sete) dias úteis contados do recebimento da primeira Ordem de Início de Serviços, que será entregue ao contratado em até 07 (sete) dias a contar da data da celebração do Contrato. O prazo de execução das obras ou serviços poderá ser prorrogado, desde que obedecidas as disposições constantes do parágrafo 1º e seus incisos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, e mediante solicitação ao Sr. Secretário Municipal de Saúde, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis antes do término dos prazos parciais do Cronograma Físico Financeiro ou do Contrato.

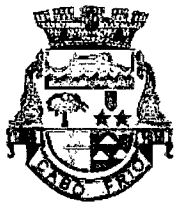
6- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 – Poderão participar da presente Tomada de Preços, todas as empresas interessadas e que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e na Lei Federal nº 8.666/93.

6.2 – Não serão admitidas à licitação, as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento; as declaradas inidôneas, pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, nos níveis federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de Concordata ou Falência.

6.3 – Não será permitida a participação de consórcios.

6.4 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.



6.5 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, ou componentes do seu quadro técnico seja servidor do MUNICÍPIO, de suas sociedades para estatais, fundações ou autarquias, ou que o tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação ou que haja participado como autor ou colaborador do projeto da obra desta licitação.

7 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

7.1 – Os documentos e as propostas exigidas no presente Edital serão apresentados em 02 (dois) ENVELOPES indevassáveis, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações.

7.1.1 – ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO – 1 (UMA) VIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2016

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA LICITANTE

7.1.2 – ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇOS –
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2016

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA LICITANTE

7.2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “A”

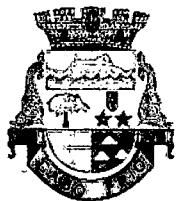
7.2.1 – Certificado de inscrição do Registro Cadastral de Habilitação de Licitantes da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

7.2.2 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

7.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (inclusive Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional), Estadual (inclusive Dívida Ativa do Estado, fornecida pela Procuradoria Geral do Estado, no caso de empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro) e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

7.2.4 – Certidão Negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, acompanhada de Certidão expedida pelo órgão competente identificando a quantidade de Cartórios existentes no Município sede da licitante.

7.2.5 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, instituída através da Lei Federal nº 12.440/11.



7.2.6 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis, cujos valores permitam o cálculo do índice de liquidez geral, que não poderá ser inferior a 01 (um), calculado pela fórmula a seguir:

$ILG = (AC + RLP) / PE$, onde

AC = Ativo Circulante.

RLP = Realizável a Longo Prazo.

PE = Passível Exigível = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo.

É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

7.2.7 – Prova de capital mínimo realizado ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado no orçamento. Esta prova deverá ser feita com documentação que comprove o registro do ato correspondente.

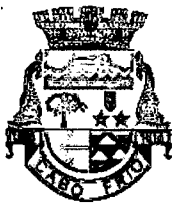
7.2.8 – Declaração da licitante de que em seu Quadro Funcional não há empregados menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno, em trabalho perigoso ou insalubre, e menores de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, conforme Decreto nº 4.358, de 05/09/02. Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal.

7.2.9 – Declaração de visita (formulário em anexo) emitido pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio, onde a mesma declara que a licitante visitou o local das obras objeto da presente licitação, através do engenheiro responsável técnico da empresa.

7.2.10 – Declaração do licitante (impresso da empresa) de ter visitado o local dos serviços e tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações desta licitação.

7.2.11 – Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

7.2.12 – Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior, detentor de certidões ou atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidões de Acervos Técnicos (CAT) expedidas pelo CREA ou CAU, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação. A prova deverá ser feita através de Ficha de Registro de Empregado, devidamente registrado no órgão competente, Carteira de Trabalho onde constem os dados de sua contratação ou Contrato de Prestação de Serviços firma entre a empresa e o referido Responsável Técnico. Não será inabilitado o licitante que apresentar apenas uma certidão ou atestado, desde que atenda o fim desejado.



7.2.13 – Relação de equipamentos adequados e disponíveis para realização do objeto da licitação.

7.2.14 – Relação da equipe técnica adequada e disponível para realização do objeto da licitação, na qual se inclui 01 (um) Engenheiro que na data da licitação pertença ao quadro permanente da licitante e conste da relação dos Responsáveis Técnicos da empresa, registrada junto ao CREA ou CAU. O Engenheiro ou Arquiteto indicado será o supervisor e responsável técnico pelos trabalhos, devendo apresentar declaração expressa concordando com sua indicação nas funções acima mencionadas.

7.2.15 – Declaração da licitante de que em seu Quadro Funcional não há empregados menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno, em trabalho perigoso ou insalubre e não há trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos – Art. 7, XXXIII, CRFB, conforme decreto nº 4.358 de 05/09/02. Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal, conforme modelo anexo.

7.2.16 - Declaração da firma de que se submete as condições deste Edital, principalmente no que tange ao prazo da prestação do serviço do objeto desta licitação.

7.2.17 – As Certidões e demais documentos exigidos que não contiverem expresse o prazo de validade, serão consideradas pela Comissão válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de emissão da respectiva certidão.

7.2.18 – A documentação exigida poderá ser apresentada em cópia, devidamente autenticada em Cartório ou acompanhada pelo original. Não serão aceitos Protocolo ou documentos provisórios.

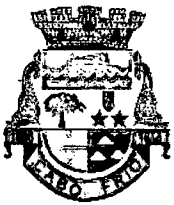
7.2.19 - Termo de Encerramento (Anexo X)

7.3 – PROPOSTA DE PREÇO – ENVELOPE “B”

7.3.1 – A proposta de preço, acompanhada da Planilha Orçamentária Unitária e Cronograma Físico-Financeiro, será elaborada considerando-se que as obras serão executadas pelo regime de Empreitada por Preço Global e será apresentada na forma do anexo.

7.3.2 – No preço proposto deverão estar computadas as despesas para a execução dos serviços. O preço proposto considerará a totalidade dos custos e despesas do objeto da presente licitação, e todas as despesas com mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, limpeza final da obra, sinalização, energia, mão de obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, taxas, remuneração, despesas fiscais e financeiras, e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta Tomada de Preços. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto da licitação ou do Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todas as obras.

 11



8 – DAS MEDICÕES

8.1- As medições dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (anexo), que será ajustado em função de inícios e reinícios de etapas em dias diferentes do primeiro dia útil de cada mês.

8.2- A cada eventual alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observado o limite legal estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do MUNICÍPIO.

8.3 – As medições serão processadas independentemente de solicitação da Adjudicatária. A primeira será realizada conforme cronograma com etapas de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da ordem de início de serviço, e subsequentes a cada período de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia do mês calendário de sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do MUNICÍPIO.

8.4 – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

1) Todos os itens constantes da Planilha Orçamentária, originalmente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontadas em impresso próprio, assinado pela fiscalização.

2) Não serão considerados nas medições quaisquer serviços executados, mas não discriminados na Planilha Orçamentária, ou em suas eventuais alterações no curso do Contrato.

3) Para obtenção do valor de cada medição, será observado o seguinte procedimento:

a) As quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;

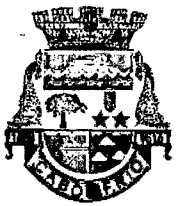
b) O valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior.

4) Na medição final ou na medição única será anexado um cadastro técnico das obras ou serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

9– FORMA DE PAGAMENTO

9.1 – Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas quinzenais estabelecidas no Cronograma Físico – Financeiro (anexo), e obedecido o sistema de medições objeto deste Edital, incluindo a apresentação de nota fiscal, comprovação de regularidade fiscal, previdenciária com todos os direitos trabalhistas nos termos definidos do Termo de Ajuste de Conduta TAC nº 09/2014 firmado pelo Município de Cabo Frio e o Ministério Público do Trabalho . O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias contados da data final do período de adimplemento de cada parcela, e observado o disposto nos subitens seguintes.

9.2 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, como também valor dos pagamentos eventualmente antecipados, obedecerão ao disposto na alínea “d” do inciso XIV, do art. 40 da Lei nº 8.666/93, sendo:



a) Compensação financeira, por eventuais antecipações ou eventuais atrasos, [calculada até a data do efetivo pagamento, calculadora pro-rata die, pelo índice de 1% (um por cento) ao mês, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA, por força maior ou caso fortuito].

10 – PROCEDIMENTO NO JULGAMENTO

10.1 – A presente Tomada de Preços será processada e julgada em sessão pública, com a observância do seguinte procedimento:

a) – Recebimento dos envelopes “A” e “B” no dia, hora e local indicados no aviso da Tomada de Preços. Após a abertura dos envelopes “A”, a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação, ressalvando-se que o envelope “A” o interessado deverá juntar o comprovante de sua inscrição no cadastro ou de cumprimento dos requisitos da parte final do art. 22 § 2º, da Lei 8.666/93 (apresentação até o terceiro dia anterior à data para entrega das propostas dos documentos pertinentes à habilitação)

b) – Convocação para prosseguimento da sessão, quando serão divulgados os nomes das licitantes inabilitadas e devolvidas, a elas, os envelopes “B” – Proposta de Preços, fechados, na inexistência de recursos ou após seu julgamento;

c) – Abertura dos envelopes “B” – Proposta de Preços, com julgamento ou com nova suspensão da sessão, para seu julgamento.

d) – Convocação para o prosseguimento da sessão, quando será divulgado o nome do licitante vencedor, na inexistência de recursos ou após seu julgamento;

e) – A Comissão Permanente de Licitação pode alterar parte do procedimento diante das necessidades surgidas, observadas as disposições legais aplicáveis, mediante despacho fundamentado autuado no Processo Administrativo.

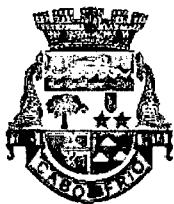
10.2 – Todos os atos praticados na sessão de julgamento serão lavrados em ata, assinada pelas licitantes presentes e pela Comissão.

10.3 – As licitantes se farão representar nas sessões por apenas um representante legal, procurador ou pessoa expressamente credenciada.

10.4 – Os conteúdos dos envelopes abertos serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

10.5 – Decairá no direito de impugnar o Edital perante a Administração a licitante que não o fizer até o 2º dia útil que anteceder a abertura do envelope “A”. Impugnações posteriores a essa data não terão efeito de recurso.

10.6 – De acordo com o Art. 41§ 1º da Lei 8.666/93, qualquer cidadão terá o direito de impugnar o edital por irregularidade na aplicação desta lei, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada da abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do Art. 113.



10.7 Serão observadas as disposições relativas ao tratamento diferenciado pela Lei Complementar nº 123/2006 para a participação de micro e pequenas empresas.

11 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A – HABILITAÇÃO

11.1 – Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer um dos documentos de habilitação, ou que apresentar documentos que não atendam às exigências da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e deste Edital.

B – PROPOSTA DE PREÇO.

11.2 – Será declarada vencedora a proposta considerada exequível e que apresentar o *menor preço global*, considerando os custos adicionais de administração e lucro incluídos no orçamento elaborado pelo licitante.

11.3 – No caso de empate entre as propostas de menor preço, será declarada vencedora a licitante que venha a ser contemplada em sorteio público.

11.4 – A Comissão de Licitação desclassificará:

I) As propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital.


II) Proposta com valor superior ao limite estabelecido no subitem 3.2 ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do Contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. Consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

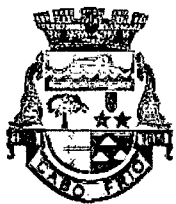
a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

b) valor orçado pela Administração.

III) Dos licitantes classificados na forma do inciso II, cujo valor da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas “a” e “b”, será exigida, para assinatura do Contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

11.5 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a Comissão de Licitação poderá fixar as licitantes o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de outras, corrigidas das causas referidas nos subitens anteriores.

 11



12.6 – Após a fase de habilitação, não cabe à desistência da proposta, salvo por motivo justo a ser analisado pela comissão, sendo facultativo o seu aceite, nos termos do Art. 43, § 6º, da Lei 8666/93.

12.7 – Art 13 II do Decreto Federal nº 7.983/2013 e pela Lei complementar 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de pequeno porte.

12 – CONTRATO

Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo VIII a Minuta do Contrato cujas disposições disciplinares definem as relações entre o MUNICÍPIO e a adjudicatária com as especificações dos serviços a serem prestados.

12.1 – Havendo recusa na assinatura do Contrato, é facultado ao MUNICÍPIO, independentemente da aplicação das sanções administrativas à licitante faltosa, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.2 – A adjudicatária será responsável, na forma do Contrato de serviço, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do projeto, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo MUNICÍPIO. A ocorrência de desconformidade implicará no refazimento do serviço e na substituição dos materiais recusados, sem ônus para o MUNICÍPIO e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

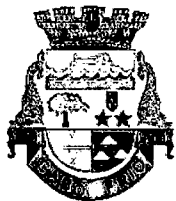
12.3 – A Adjudicatária será também responsável, no forma de Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias e trabalhistas; por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial aos Concessionários de Serviços Públicos, em virtude da execução das obras ou serviços a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores.

12.4 – Na eventual cobrança, judicial ou extrajudicial, de verbas trabalhistas ou encargos sociais oriundas da execução do presente contrato, a Adjudicatária é obrigada à assunção e realização da obrigação da adimplência das mesmas.

12.7 – A Fiscalização imediata da execução das obras ou serviços caberá à Secretaria Municipal de Obras. A Adjudicatária se submeterá a todas as medidas, processos e procedimentos da Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pela Secretaria Municipal de Obras e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

13 – PENALIDADES

13.1 – Se a licitante vencedora deixar de cumprir qualquer das obrigações assumidas, conforme a proposta apresentada, ficará sujeita às seguintes penalidades, dentre outras:



- a) Advertência;
- b) Multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) por dia útil, sobre o valor do Contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias úteis, no descumprimento da prestação pactuada;
- c) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, depois de esgotado o prazo da alínea anterior;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria de Saúde, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2 - As sanções previstas nas alíneas anteriores poderão ser aplicadas em conjunto, e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantindo o recurso por parte do interessado, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14- RECURSOS

14.1 – Os recursos quanto às decisões da Comissão de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato ou da data de lavratura da ata, e dirigidos ao Ilmº. Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação sito à Rua Fagundes Varela s/n bairro São Cristóvão, cidade Cabo Frio. A Comissão de Licitação poderá reconsiderar sua decisão em igual prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou fazê-lo subir, no mesmo prazo, devidamente informado. A reconsideração estará sujeita a recurso “ex-offício”.

14.2 – A Comissão dará ciência dos recursos a todas as licitantes, para impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

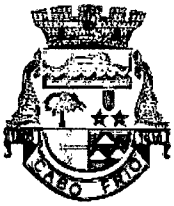
14.3 – Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação das licitantes, ou contra o julgamento da Proposta de Preço, terão efeito suspensivo.

14.4 – Os eventuais recursos serão apresentados e autuados perante o Setor de Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, localizada no endereço: Rua Fagundes Varela, s/nº, São Cristóvão, Cabo Frio/RJ, com o apontamento da numeração do processo administrativo referente à presente licitação, instruído e acompanhado de cópia dos atos constitutivos da licitante, sua inscrição de CNPJ, a documentação pessoal de seu administrador ou preposto subscritor do recurso apresentado (RG CPF).

14.5 – A autuação do recurso apresentado estará sujeita ao pagamento de guia de Documento de Arrecadação Municipal – DAM no valor vigente.

15 - FORO

15.1 – A Cidade de Cabo Frio é o foro competente para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou demandas relativas a esta licitação e a adjudicação dela decorrente.



ANEXO I

16 – DISPOSIÇÕES GERAIS

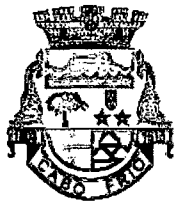
16.1 – Faz parte integrante desta Minuta de Edital:

- ANEXO I – Formulário Proposta de Preços
- ANEXO II - Declaração de Visita
- ANEXO III - Minuta de Contrato
- ANEXO IV - Declaração de Emprego de Menor
- ANEXO V - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação
- ANEXO VI – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo
- ANEXO VII - Declaração de Inexis. de Impedim. de Licitar ou Contratar com a Administração
- ANEXO VIII – Análise Econômica-Financeira
- ANEXO IX –
- ANEXO X – Termo de Encerramento.

Cabo Frio/RJ, 03 de Maio de 2016.

Douglas Sampaio Rafael
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Douglas Sampaio Rafael
Diretor de Departamento
Mat.: 887487
Sec. Mun. de saúde - Cabo Frio - RJ

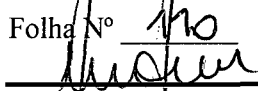


PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
Região dos Lagos – Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 1890/2015

Folha Nº 10


Rubrica do Funcionário

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO – PROJETO BÁSICO - PLANILHAS DE CUSTO
MEMÓRIA DE CÁLCULO – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

PAGAMENTO: EM 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL/FATURA.

Declaramos, ainda que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresas de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

[Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP.)]






PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
Região dos Lagos – Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 1890/2015

Folha Nº 111


Rubrica do Funcionário

ANEXO II

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2016

DECLARAÇÃO DE VISITA

Cabo Frio/RJ, ____ de _____ de 2016.

Declaramos que o Sr. _____,
Engenheiro Responsável Técnico da empresa _____ visitou o local
onde serão realizadas as obras, constantes do Edital de Tomada de Preços nº 014/2016, tomando
conhecimento de todas as peculiaridades existentes para execução das obras.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO III

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
A/C da Comissão Permanente de Licitação

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2016.
Abertura dia 20/05/2016, às 10:00 horas.

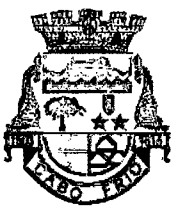
DECLARAÇÃO (Item 8.2.7 do Edital)

A empresa _____, com sede na _____ inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, Inscrição Estadual/Municipal nº _____, pelo seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade (RG) nº _____, expedida pelo _____ e inscrito no C.P.F. sob o nº _____, vem pela presente, **DECLARAR**, em atendimento ao item _____ do Edital, que não possui empregados menores de 18 (dezoito) anos, trabalhando em horário noturno, em trabalho perigoso ou insalubre, e menores de 14 (quatorze) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, maiores de 14 (quatorze) anos observado o disposto no Decreto nº 4.358, de 05/09/2002.

Local e data

Carimbo da Empresa
Assinatura do Representante Legal





PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
Região dos Lagos – Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 1890/2015

Folha Nº 113

Rúbrica do Funcionário

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(Modelo)
(Papel timbrado da Empresa)

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABO FRIO
Rua Fagundes Varela s/n – São Cristóvão – Cabo Frio/RJ.

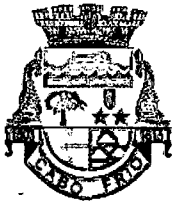
Ref. A Tomada de Preços Nº 014/2016

DECLARAMOS ter conhecimento do Edital da Tomada de Preços Nº 014/2016 que atendemos plenamente todos os requisitos e condições de habilitação desta licitação, não havendo nada que nos desabone.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Local e data

Carimbo da Empresa
Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
Região dos Lagos – Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 1890/2015

Folha Nº 114

Rúbrica do Funcionário

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (Modelo)

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABO FRIO
Rua Fagundes Varela s/n – São Cristóvão – Cabo Frio/RJ.

Ref. A Tomada de Preços Nº 014/2016

DECLARAMOS conhecer e aceitar as condições constantes do Edital em referência e seus anexos, bem como a Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações de 08.06.94. Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

(Local e Data)

Carimbo da Empresa
Assinatura o Representante Legal



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM ADMINISTRAÇÃO

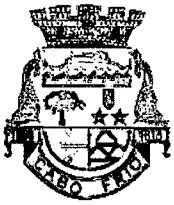
(Modelo)

A firma / Empresa _____, Sediada na rua _____, nº _____, _____ (cidade) (estado), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J) sob nº _____ por seu representante legal (Diretor gerente, Proprietário, etc.) DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal

20/11/15
X



ANEXO VII

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: liquidez corrente-LC, liquidez geral-LG e solvência geral-SG.

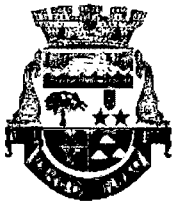
LC= $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

LG= $\frac{\text{Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$

SG= $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante(+) Exigível a Longo Prazo}}$

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez corrente	índice maior ou igual a 1,00
Liquidez geral	índice maior ou igual a 1,00
Solvência geral	índice maior ou igual a 1,00



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 1890/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CABO FRIO, AQUI DESIGNADO “SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE” E A FIRMA _____, AQUI DESIGNADA “CONTRATADA”, PARA REFORMA DE 12 (DOZE), UNIDADE BASICA DE SAÚDE.

Pelo presente Termo de Contrato o “**MUNICÍPIO DE CABO FRIO**”, através da “**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**”, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 12.292.556/0001-88, com sede na Cidade de Cabo Frio à Rua Fagundes Varela, s/nº, São Cristóvão – Cabo Frio/RJ, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. SUELY DA COSTA SAMPAIO CARRERETE**, portadora do RG sob o nº 07968295-1 e do CPF sob nº 999561447-20, residente com domicílio profissional na Rua Fagundes Varela, s/nº - Bairro São Cristóvão, nesta cidade e a Firma _____, estabelecida na Rua _____ nº _____ – Bairro – Cidade – RJ – CEP _____, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, na qualidade de vencedor da Tomada de Preços nº **014/2016**, conforme **Processo nº 1890/2015**, celebram o presente com fundamento na legislação aplicável, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo as partes doravante denominadas, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, mediante as Cláusulas e condições do edital, projeto básico, projeto executivo e seguintes:

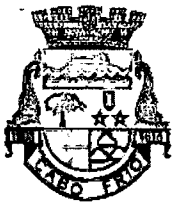
1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para prestação de serviço de reforma nas unidades básicas de saúde conforme itens e valores previstos no anexo deste contrato, devendo ocorrer nas condições previstas no Edital de Licitação por Tomada de Preços nº 014/2016 e obedecendo ao disposto neste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

O contrato terá vigência de **90 (noventa) dias**, a contar da data da primeira Ordem de Início de Serviços.

2.1 Após a assinatura do contrato a **CONTRATADA** deverá dispor de materiais e mão de obra para os serviços, a fim de atender a contento o objeto contratual.



2.2 Servidor público indicado pela CONTRATANTE poderá ter acesso ao trabalho durante a execução dos serviços a fim de verificar se as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA estão de acordo com as especificações determinadas pelo Edital.

2.3 A programação para a execução dos serviços pela licitante CONTRATADA será feita pela CONTRATANTE, repassada previamente à empresa contratada.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO, MEDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 As medições das obras ou serviços e os seus respectivos pagamentos serão efetuados em conformidade com as quantidades de atividades efetivamente realizadas em cada etapa.

3.2 Os serviços objeto do presente Contrato está orçado em **R\$ 700.000,00 (Setecentos mil Reais)**, com recursos orçamentários oriundos da dotação 44.90.51.

3.3 O pagamento ao adjudicatário será feito através de transferência bancária, em conformidade com a nota fiscal apresentada quando a execução dos serviços objeto do presente Edital, devidamente atestada e acompanhada dos comprovantes de regularidades fiscal e trabalhista.

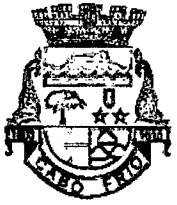
3.4 As medições serão processadas independentemente da solicitação da Contratada, em impressos próprios assinados pela fiscalização. Serão discriminados através de memorial de cálculo os quantitativos de serviços executados e respectivos preços unitários e apontadas todas as parcelas constantes na planilha contratual.

3.5 A critério da CONTRATANTE, poderão ser realizadas medições intermediárias, desde que observada a legislação vigente.

3.6 Os pagamentos serão efetuados mediante comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias e após regular liquidação da despesa, devendo ser apresentada Nota Fiscal, devidamente discriminada e atestada por 02 (dois) servidores do Município, que não o Ordenador da Despesa, e sendo um deles necessariamente o responsável pelo órgão requisitante das Obras ou serviços, a qual será processada e paga na forma da legislação em vigor.

3.7 O pagamento das notas fiscais será processado e efetuado à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, conforme dispõe o Art. 40 inciso XIV, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93 e apresentação da nota fiscal conforme item 3.2.

3.8 Para itens de serviços não contemplados na planilha estimativa de custo e custos unitários da Prefeitura, mas necessários em virtude de alterações contratuais, e desde que observados os limites legais, serão utilizados os preços unitários constantes da tabela SINAP e decreto



7.993/2013, ou no caso de inexistência nesse sistema, o menor valor de no mínimo quatro cotações de preços feitas junto a empresas especializadas, tabela.

3.9 Para obtenção do valor de cada medição será observado o seguinte procedimento:

- a) Pelo produto obtido entre os respectivos preços unitários ofertados e constantes da Proposta de Preços e as quantidades de serviços medidos.
- b) O valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior.

3.10 Nenhum pagamento será efetuado sem que seja comprovado que a CONTRATADA efetivamente cumpriu a parcela correspondente.

4 - CLÁUSULA QUARTA – ENCARGOS

A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do presente Contrato, além de ficar obrigada a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da presente licitação.

5 - CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) A CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao (à) Contratado(a) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- b) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços de mão-de-obra ou obras de reforma e ampliação;
- c) Comunicar ao(à) Contratado(a) toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto dos serviços de mão-de-obra e materiais empregados, diligenciado nos casos que exigem providências corretivas;
- d) Providenciar os pagamentos das notas fiscais devidamente atestadas, nos prazos fixados;
- e) Emitir “Ordem de Início” autorizando o início da execução do Contrato;
- e) Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas no Contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

- a) Manter durante o período de execução do serviço contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Trabalhistas (TAC com MP trabalhista), Estadual, e Municipal, apresentando os respectivos comprovantes, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação;
- b) Utilizar profissionais devidamente habilitados, substituindo-os nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- c) Facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos – Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 1890/2015

Folha Nº 120

Rubrica do Funcionário

- d) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que ao(à) CONTRATADO(a) não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE;
- f) A CONTRATADA deverá atender o chamado da CONTRATANTE no prazo de 24 horas;
- g) Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual, inclusive, respondendo pecuniariamente;
- h) Os pedidos de prorrogação serão dirigidos à Secretaria de Saúde, até 05(cinco) dias antes da data do término do prazo contratual e deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, Item 5 do edital.
- i) Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Secretaria de Saúde, não serão considerados como inadimplemento contratual.
- j) A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto nos incisos V do Art. 27 da Lei de Licitações e Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999), figurar no polo passivo de ações/reclamações trabalhistas eventualmente propostas por ocasião da prestação dos serviços objeto do presente convite, excluindo a CONTRATANTE de quaisquer obrigações de natureza trabalhista.
- k) Fornecer todos os materiais e mão de obra necessários à execução das atividades;
- l) Responsabilizar-se civil e criminalmente por danos que vier a causar a terceiros, por si ou por agentes, na execução do objeto deste contrato;
- m) Arcar com todos os custos oriundos da confecção do serviço.

6 - CLÁUSULA SEXTA – ACRÉSCIMOS E SUSPENSÕES

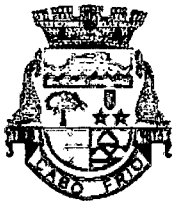
A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE resolva fazer, até 10% (dez por cento) do valor do presente CONTRATO, de acordo com os preços apresentados na proposta, Art.13, II, Decreto 7913/2013.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

Se a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer das obrigações assumidas, de conformidade com a proposta apresentada, quando da Tomada de Preços nº 014/2016, ficará sujeita às seguintes penalidades, dentre outras ao assinar o presente contrato.

- a) Advertência;

11



- b) Multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) por dia útil, sobre o valor do Contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, após esgotado o prazo da alínea anterior;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

8 - CLÁUSULAS OITAVA – RESCISÃO

O Presente Contrato será considerado rescindido:

- 1) No caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do Contrato pela CONTRATADA.
- 2) Quando, pela reiteração de impugnações ou advertências feitas pela CONTRATANTE, ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução ou para prosseguir na sua execução.
- 3) Se a CONTRATADA falir, entrar em concordata, em liquidação ou dissolução, ou ainda ocorrer alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução dos serviços, hipótese em que os serviços serão recebidos pela CONTRATANTE na situação em que se encontrarem, ficando esta desobrigada de qualquer vínculo para com a CONTRATADA, sua massa falida ou sucessores da massa.
- 4) Se a CONTRATADA transferir o presente Contrato ou a sua execução no todo ou em parte, sem prévia autorização da CONTRATANTE.
- 5) Se, a prestação do serviço, vier a CONTRATADA comprometer a ordem ou a segurança pública.
- 6) Se a **CONTRATADA** deixar de cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para a prestação do serviço, devendo os mesmos serem pagos até a suspensão do Contrato, mediante comunicação por escrito por parte da CONTRATANTE.
- 7) Caso ocorra a rescisão prevista nos itens anteriores, a Contratante poderá contratar com qualquer das outras firmas licitantes na presente licitação, mantidas todas as condições do contrato, sendo usado como critério preferencial a ordem de classificação da mesma, [além da CONTRATADA reconhecer todos os direitos da Administração previstos no Artigo 80 e demais previstos na Lei nº 8.666/93].



9 - CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA

Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA e pelas testemunhas por um período de 03 (três) meses.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

Qualquer outra obrigação omitida neste, não desobriga a empresa a descuidar-se do que estabelece o Edital e o Projeto Básico, assim como outras deduções não descritas no Contrato.

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Cabo Frio, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões resultantes deste Contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes estarem de acordo com todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Cabo Frio/RJ, _____ de _____ de 2016.


CONTRATANTE

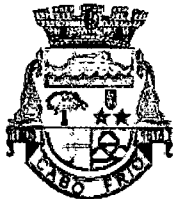
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome:
RG
CPF:

2) _____
Nome:
RG
CPF:





PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

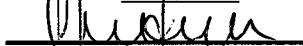
Região dos Lagos – Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 1890/2015

Folha Nº 123


Rubrica do Funcionário

ANEXO X

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO


A/C da Comissão Permanente de Licitação
REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2016.
Abertura dia 20/05/2016, às 10:00 horas.

TERMO DE ENCERRAMENTO

A empresa _____, com sede na _____

inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, Inscrição Estadual/Municipal nº _____, pelo seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade (RG) nº _____, expedida pelo _____ e inscrito no C.P.F. sob o nº _____

vem pela presente, **DECLARAR**, em atendimento ao item _____ do Edital, que a documentação constante do ENVELOPE "A", referente a HABILITAÇÃO da citada empresa, possui _____ (_____) folhas, numeradas de forma sequencial, incluindo a folha do presente Termo.


11



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo:	1890/2015
Página:	60
Rubrica:	<i>[Handwritten Signature]</i>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Cabo Frio - RJ	

MINUTA

TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2016

1- INTRODUÇÃO

1.1- A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde comunica aos interessados, que o "Município de Cabo Frio" fará realizar no dia __ de março de 2016, às __: __ horas, na Sala de Reunião da Secretaria Municipal de Saúde, sita à Rua Fagundes Varella, s/nº bairro São Cristóvão na cidade de Cabo Frio, reunião para receber e iniciar a abertura dos envelopes referentes à Licitação por **Tomada de Preços nº ____/2016 – Processo nº ____/2015**, do tipo menor preço global, das obras especificadas neste Edital, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 8.666/93.

1.2- A Tomada de Preços a que se refere este Edital poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público decorrente de fato devidamente comprovado, ou anulado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.3- O Edital e seus anexos, ^{PO DEVEM SER FORNECIDOS} com exceção da Minuta de Contrato, Formulário de Proposta de Preços, Atestado de Visita, Declaração de Emprego de Menor (modelo), Declaração de Submissão ao Edital (modelo) e Termo de Encerramento (modelo), poderão ser adquiridos mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel A4, na sala do Departamento de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde.

1.4- Maiores informações e esclarecimentos de dúvidas de interpretação deste Edital poderão ser obtidas e dirimidas das 14:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados do Município de Cabo Frio, Estaduais e Nacionais, no endereço da Comissão Permanente de Licitações da Secretaria de Saúde, Cabo Frio, telefone: (0xx22) 2646-2506, ramal 2528, até o dia anterior da data estabelecida para a abertura dos envelopes. As dúvidas relativas à execução das obras devem ser esclarecidas na Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Saúde, pelo telefone: (0xx22) 2645-2506, ramal 2528. 2574

2- OBJETO

2.1- O objeto da presente Tomada de Preços é a execução de obra para Reforma das Unidades Básicas de Saúde, (Gamboa, Boca do Mato, Botafogo, Araçá, Maria Joaquina, Tangará, Porto do Carro, Monte Alegre, Praia do Siqueira, Però, Jardim Nautilus e São Jacinto) no 1º e 2º Distrito do Município de Cabo Frio/RJ, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos *BÁSICO* anexos.

[Handwritten Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo:	1890/2015
Página:	61
Relator:	[Assinatura]
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO SECRETARIA DE SAÚDE	

3 – RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1- Os recursos necessários à realização da obra licitada correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Fonte – Especificidades Regionais - Ampliação / Reforma / Construção

3.2- Código da Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações.

O valor total previsto desta licitação é de R\$: 700.000,00 (Setecentos mil Reais).

4 – TIPO DE LICITAÇÃO

4.1 - A presente licitação na modalidade de Tomada de Preços é do tipo menor preço, sob regime de empreitada por preço global.

5 – PRAZO

5.1 - O prazo para execução das obras será de ___ (_____) dias corridos, com posterior período de conservação de ___ (_____) dias, por conta da Adjudicatária, em perfeita obediência ao Cronograma Físico-Financeiro. O prazo para início dos trabalhos é de 07 (sete) dias úteis contados do recebimento do memorando de início, que será entregue ao contratado em até 07 (sete) dias a contar da data da celebração do Contrato. O prazo de execução das obras ou serviços poderá ser prorrogado, desde que obedecidas as disposições constantes do parágrafo 1º e seus incisos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, e mediante solicitação ao Sr. Secretário Municipal de Saúde, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis antes do término do Contrato.

5.2 - As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega.

5.3 - Na hipótese do Município não assinar o Contrato com a empresa vencedora ou com outra, na ordem de classificação, no prazo de 60 (sessenta) dias da entrega das propostas, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

6 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 – Poderão participar da presente Tomada de Preços todas as empresas interessadas e que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e na Lei Federal nº 8.666/93. ~~###~~

6.2 – Não serão admitidas à licitação, as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento; as declaradas inidôneas, pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, nos níveis federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de Concordata ou Falência.

6.3 – Não será permitida a participação de consórcios.

Rua- Fagundes Varella – São Cristóvão – Cabo Frio CEP: 28.909-270
Tel: (22) 2646-2527

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo:	1890/2015
Página:	62
Rubrica:	[assinatura]
COMISSÃO DE LICITAÇÃO	

6.4 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

6.5 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, ou componentes do seu quadro técnico seja servidor do MUNICÍPIO, de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias, ou que o tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação, ou que haja participado como autor ou colaborador do projeto da obra desta licitação.

7 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

7.1 – Os documentos e as propostas exigidas no presente Edital serão apresentados em 02 (dois) ENVELOPES indevassáveis, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações.

7.1.1 – ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO – 1 (UMA) VIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº ___/2016 NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA LICITANTE

7.1.2 – ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇOS – 2 (DUAS) VIAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº ___/2016. NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA LICITANTE

7.2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “A”

7.2.1 – Certificado de inscrição do Registro Cadastral de Habilitação de Licitantes da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

7.2.2 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

7.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (inclusive Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional), Estadual (inclusive Dívida Ativa do Estado, fornecida pela Procuradoria Geral do Estado, no caso de empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro) e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

7.2.4 – Certidão Negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, acompanhada da Certidão expedida pelo órgão competente, identificando a quantidade de Cartórios existentes no Município sede da licitante.

7.2.5 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, instituída através da Lei Federal nº 12.440/11.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

7.2.6 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis, cujos valores permitam o cálculo do índice de liquidez geral, que não poderá ser inferior a 01 (um), calculado pela fórmula a seguir:

$ILG = (AC + RLP)/PE$, onde

AC = Ativo circulante.

RLP = Realizável a Longo Prazo.

PE = Passível Exigível = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo.

É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Processo:	1890/2015
Página:	63
Rubrica:	
DIVISÃO DE OBRAS Secretaria Municipal de Saúde - Cabo Frio	

7.2.7 – Prova de capital mínimo realizado ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado no orçamento. Esta prova deverá ser feita com documentação que comprove o registro do ato correspondente. → QUAC ORÇAMENTO?

7.2.8) Atestado de Visita (formulário em anexo) emitido pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio, onde a mesma declara que a licitante visitou o local das obras objeto da presente licitação, através do Engenheiro responsável Técnico da empresa. A visita técnica será realizada pela Secretaria Municipal de Obras, no horário das 09:00 às 10:00 horas, nos dias __ ou __ de março de 2016.

7.2.9) Declaração do licitante (impresso da empresa) de ter visitado o local dos serviços e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações desta licitação.

7.2.10 – Registro da empresa no Conselho Regional da Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

7.2.11 – Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior, detentor de certidões ou atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidões de Acervos Técnicos (CAT) expedidas pelo CREA ou CAU, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação. A prova deverá ser feita através de Ficha de Registro de Empregado, devidamente registrado no órgão competente, Carteira de Trabalho onde constem os dados de sua contratação ou Contrato de Prestação de Serviços firma entre a empresa e o referido Responsável Técnico. Não será inabilitado o licitante que apresentar apenas uma certidão ou atestado, desde que atenda ao fim desejado.

7.2.12 – Relação dos equipamentos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

7.2.13 – Relação da equipe técnica adequada e disponível para a realização do objeto da licitação, na qual se inclui 01 (um) Engenheiro que na data da licitação pertença ao quadro permanente da licitante e conste da relação dos Responsáveis Técnicos da empresa, registrada junto ao CREA ou CAU. O Engenheiro ou Arquiteto indicado será o supervisor e responsável técnico pelos trabalhos, devendo apresentar declaração expressa concordando com sua indicação nas funções acima mencionadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo: 1890/2015
Página: 64
Rubrica: *[Handwritten Signature]*
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE SAÚDE

7.2.14 – Declaração da licitante de que em seu Quadro Funcional não há empregados menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno, em trabalho perigoso ou insalubre e não há trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos – Art. 7, XXXIII, CRFB, conforme Decreto nº 4.358, de 05/09/02. Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal, conforme modelo anexo.

7.2.15 – Declaração da firma de que se submete as condições deste Edital, principalmente no que tange ao prazo de entrega do objeto desta licitação.

7.2.16 – Os documentos constantes da “HABILITAÇÃO – ENVELOPE “A”, deverão se numerados de forma sequencial, contendo na folha final o “Termo de Encerramento”, onde conste o número total de folhas, inclusive a que o encerra.

7.2.17 – As Certidões e demais documentos exigidos que não contiverem expresse o prazo de validade, serão consideradas pela Comissão válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados à partir da data de emissão da respectiva certidão.

7.2.18 – A documentação exigida poderá ser apresentada em cópia, devidamente autenticada em Cartório ou acompanhada pelo original. Não serão aceitos Protocolo ou documentos provisórios.

7.3 – PROPOSTA DE PREÇO – ENVELOPE “B”

7.3.1 – A proposta de preço, acompanhada da Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, será elaborada considerando-se que as obras serão executadas pelo regime de Empreitada por Preço Global e será apresentada na forma do anexo.

7.3.2 – No preço proposto deverão estar computadas as despesas para a execução das obras. O preço proposto considerará a totalidade dos custos e despesas do objeto da presente licitação, e todas as despesas com instalação de canteiro de obra, mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, limpeza final da obra, sinalização, energia, mão de obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, taxas, remuneração, despesas fiscais e financeiras, e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta Tomada de Preços. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto da licitação ou do Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todas as obras.

8– DAS MEDIÇÕES

8.1- As medições dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro (anexo), que será ajustado em função de inícios e reinícios de etapas em dias diferentes do primeiro dia útil de cada mês.

[Handwritten Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo: 1890/2015
Página: 65
Rubrica: [assinatura]

8.2- A cada eventual alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observado o limite legal estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse do MUNICÍPIO.

8.3 - As medições serão processadas independentemente de solicitação da Adjudicatária. A primeira será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subsequentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do encerramento da medição anterior. O último dia de uma medição coincidirá obrigatoriamente com o último dia útil do mês calendário de sua realização. Poderão ser realizadas medições intermediárias cujo último dia não coincida com o último dia útil do mês calendário de sua realização, a critério do MUNICÍPIO.

8.4 - O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

- 1) Todos os itens constantes da Planilha Orçamentária, originalmente ou em virtude de alterações contratuais, serão apontadas em impresso próprio, assinado pela fiscalização.
- 2) Não serão considerados nas medições quaisquer serviços executados, mas não discriminados na Planilha Orçamentária, ou em suas eventuais alterações no curso do Contrato.
- 3) Para obtenção do valor de cada medição, será observado o seguinte procedimento:
 - a) As quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;
 - b) O valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior.
- 4) Na medição final ou na medição única será anexado um cadastro técnico das obras ou serviços realizados, com todas as plantas, detalhes e especificações.

9 - FORMA DE PAGAMENTO

9.1 - Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas/mensais/estabelecidas no Cronograma Físico - Financeiro (anexo), e obedecido o sistema de medições objeto deste Edital. O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias contados da data final do período de adimplemento de cada parcela, e observado o disposto nos subitens seguintes.

9.2 - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, como também valor dos pagamentos eventualmente antecipados, obedecerão ao disposto na alínea "d" do inciso XIV, do art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo:

- a) Compensação financeira calculada até a data do efetivo pagamento, calculadora pro-rata die, pelo índice de 1% (um por cento) ao mês, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA. + FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo: 1890/2015
Página: 66
Rubrica: *[assinatura]*
PÚBLICA DE LICITAÇÃO

b) Em caso de pagamento antecipado, incidirá a taxa de 1% (um por cento) de desconto ao mês, calculada pro-rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do recebimento do documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura).

10 – PROCEDIMENTO NO JULGAMENTO

10.1 – A presente Tomada de Preços será processada e julgada em sessão pública, com a observância do seguinte procedimento:

- a) – Recebimento dos envelopes “A” e “B” no dia, hora e local indicados no Edital da Tomada de Preços, com a imediata abertura dos envelopes “A” – Documentação. Após a abertura dos envelopes “A”, a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação;
- b) – Convocação para prosseguimento da sessão, quando serão divulgados os nomes das licitantes inabilitadas e devolvidas, a elas, os envelopes “B” – proposta de Preços, fechados, na inexistência de recursos ou após seu julgamento;
- c) – Abertura dos envelopes “B” – Proposta de Preços, com julgamento ou com nova suspensão da sessão, para seu julgamento;
- d) – Convocação para o prosseguimento da sessão, quando será divulgado o nome do licitante vencedor, na inexistência de recursos ou após seu julgamento;
- e) – A Comissão Permanente de Licitação poderá alterar o procedimento.
*PO RESPEITADAS AS NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS À PARTE DO PROCEDIMENTO
LE POR MEIO DE DESPACHO FUNDAMENTADO É AUTUADO AO P.A.*

10.2 – Todos os atos praticados na sessão de julgamento serão lavrados em ata, assinada pelas licitantes presentes e pela Comissão.

10.3 – As licitantes se farão representar nas sessões por apenas um representante legal, procurador ou pessoa expressamente credenciada por meio de carta de apresentação ou equivalente emitida pela administração da empresa.

10.4 – Os conteúdos dos envelopes abertos serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

10.5 – Decairá no direito de impugnar o Edital perante a Administração a licitante que não o fizer até o 2º dia útil que anteceder a abertura do envelope “A”. Impugnações posteriores a essa data não terão efeito de recurso.

11 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A – HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo: 1890/2015
Página: 67
Rubrica: [assinatura]
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.1 – Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer um dos documentos de habilitação, ou que apresentar documentos que não atendam às exigências da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e deste Edital.

B – PROPOSTA DE PREÇO.

11.2 – Será declarada vencedora a proposta considerada exequível e que apresentar o menor preço global, considerando os custos adicionais de administração e lucro incluídos no orçamento elaborado pelo licitante.

11.3 – No caso de empate entre as propostas de menor preço, será declarada vencedora a licitante que venha a ser contemplada em sorteio público.

11.4 – A Comissão de Licitação desclassificará:

- I) As propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital.
- II) Proposta com valor global superior ao limite estabelecido no subitem 3.2 ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do Contrato. Consideram – se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou
 - b) Valor orçado pela Administração.

III) Dos licitantes classificados na forma do inciso II, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas “a” e “b”, será exigida, para assinatura do Contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

11.5 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a Comissão de Licitação poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, corrigidas das causas referidas nos subitens anteriores.

12 – CONTRATO

Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo III, a Minuta do Contrato cujas disposições disciplinares definem as relações entre o MUNICÍPIO e a adjudicatária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo: 1890/2015
Página: 68
Rubrica: *[assinatura]*

12.1 – O MUNICÍPIO convocará a empresa vencedora para assinatura do respectivo Contrato, com uma antecedência de 07 (sete) dias, contados a partir da homologação da Tomada de Preços.

12.2 – Havendo recusa na assinatura do Contrato, é facultado ao MUNICÍPIO, independentemente da aplicação das sanções administrativas à licitante faltosa, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.3 – A adjudicatária será responsável, na forma do Contrato de obra ou serviço, pela qualidade das obras ou serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do projeto, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo MUNICÍPIO. A ocorrência de desconformidade implicará no refazimento do serviço e na substituição dos materiais recusados, sem ônus para o MUNICÍPIO e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.4 – A Adjudicatária será também responsável, no forma de Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias e trabalhistas; por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial aos Concessionários de Serviços Públicos, em virtude da execução das obras ou serviços a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores.

12.5 – O MUNICÍPIO não é solidário com a CONTRATADA pelos encargos previdenciários resultantes da execução do Contrato.

12.6 – Os motivos de força maior que, a juízo do MUNICÍPIO, possam justificar a suspensão da contagem de prazo, com a prorrogação do Contrato, somente serão considerados quando apresentados na ocasião das respectivas ocorrências. Não serão considerados quaisquer pedidos de suspensão da contagem de prazo baseados em greve, em ocorrências não aceitas pela Fiscalização na época da ocorrência, ou apresentados intempestivamente.

12.7 – A Fiscalização imediata da execução das obras ou serviços caberá à Secretaria Municipal de Obras. A Adjudicatária se submeterá a todas as medidas, processos e procedimentos da Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pela Secretaria Municipal de Obras e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

13- RECURSOS

13.1 – Os recursos quanto às decisões da Comissão de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato ou da data de lavratura da ata, e dirigidos ao Ilm^o. Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação. A

[assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Comissão de Licitação poderá ^{RECONSIDERAR} considerar sua decisão em igual prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou fazê-lo subir, no mesmo prazo, devidamente informado. A reconsideração estará sujeita a recurso "ex-offício".

13.2 – A Comissão dará ciência dos recursos a todas as licitantes, para impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.3 – Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação das licitantes, ou contra o julgamento da Proposta de Preço, terão efeito suspensivo.

14 – FORO

14.1 – A Cidade de Cabo Frio é o foro competente para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou demandas relativas a esta licitação e a adjudicação dela decorrente.

15 – DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – Fazem parte integrante deste Edital:

- ANEXO I - Formulário da Proposta de Preço.
- ANEXO II - Atestado de Visita.
- ANEXO III - Minuta de Contrato.
- ANEXO IV - Declaração de Emprego de Menor.
- ANEXO V – Declaração de Submissão ao Edital.
- ANEXO VI - Termo de Encerramento.
- Projeto Básico.
- Planilha Orçamentária.
- Memória de Cálculo.
- Cronograma Físico Financeiro.

Processo:	1890/2015
Página:	69
Rubrica:	<i>[Handwritten Signature]</i>
DIVISÃO DE LICITAÇÃO	

Cabo Frio/RJ, __ de Março de 2016.

[Handwritten Signature]
XX
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo:	1890/2015
Página:	70
Rubrica:	<i>[Handwritten Signature]</i>
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO SECRETARIA DE SAÚDE	

ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS Nº ___/2016

FORMULÁRIO PROPOSTA DE PREÇOS

VISTO:

PRESIDENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

RUA _____

Prezados Senhores,

À
Firma _____
Estabelecida à _____,

Vem apresentar Proposta para execução de obra para Reforma das Unidades Básicas de Saúde, (Gamboa, Boca do Mato, Botafogo, Araçá, Maria Joaquina, Tangará, Porto do Carro, Monte Alegre, Praia do Siqueira, Peró, Jardim Nautilus e São Jacinto), no 1º e 2º Distrito do Município de Cabo Frio/RJ. Para tanto propõe a execução da obra, nos termos da Planilha Orçamentária Unitária anexa, o valor de:

R\$: _____
(_____)

Assinatura e Carimbo com o nº
do CREA do Responsável Técnico

Assinatura do Representante Legal
e Carimbo da Proponente.

[Handwritten mark]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo: 1890/2015
Página: 71
Rubrica: *[Handwritten Signature]*
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO II

TOMADA DE PREÇOS Nº ___/2016

ATESTADO DE VISITA

Cabo Frio/RJ, ____ de _____ de 2016.

Atestamos que o Sr. _____,
Engenheiro Responsável Técnico da empresa _____
visitou o local onde serão realizadas as obras, constantes do Edital de Tomada de
Preços nº ___/2016, tomando conhecimento de todas as peculiaridades existentes
para execução das obras.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO III

Processo:	1890/2015
Página:	72
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO SECRETARIA DE SAÚDE	

CONTRATO N° ____/____.

PROCESSO N° ____/____.

+ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CABO FRIO, AQUI DESIGNADO "PREFEITURA" E A FIRMA _____, AQUI DESIGNADA "CONTRATADA", PARA EXECUÇÃO DE OBRA

Pelo presente Termo de Contrato o "MUNICÍPIO DE CABO FRIO", pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n° 28.549.483/0001-05, com sede na Cidade de Cabo Frio à Praça Tiradentes, s/n°, Centro – Cabo Frio/RJ, neste ato representado por seu Secretário,

E a Firma _____,

neste ato representada pelo _____, na qualidade de vencedora da Tomada de Preços n° ____/2016, conforme Processo n° ____/2015, celebram o presente com fundamento na legislação aplicável, em especial a Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo as partes doravante denominadas, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

A CONTRATADA, por força do presente instrumento, obriga-se à execução de obra _____,

Essas obras serão executadas de acordo com os termos da Tomada de Preços n° ____/2016, condições e proposta da CONTRATADA que passam a fazer parte do presente Contrato como se aqui estivessem transcritas, sujeitando-se os contratantes às normas da Lei Federal n° 8.666/93 e destas Cláusulas contratuais, bem como vinculando-se ao projeto básico, edital desta licitação e todos os seus anexos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo: 1890/2015
Página: 73
Rubrica: [assinatura]

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

- 1) O prazo máximo para a execução total das obras será de _____ dias, contados a partir da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria Municipal de _____, devendo a CONTRATADA dar às mesmas o ritmo necessário.
- 2) O prazo a que se refere o item anterior não será alterado, salvo por motivos imprevisíveis ou de força maior, que a juízo da PREFEITURA, possam justificar a suspensão da contagem de prazo, com a prorrogação do Contrato. Somente serão considerados quando apresentados em até 48 (quarenta e oito) horas, após as respectivas ocorrências. Não serão considerados quaisquer pedidos de suspensão da contagem de prazo baseados em greve, em ocorrências não aceitas pela Fiscalização na época da ocorrência, ou apresentados intempestivamente.
- 2) Não se considerarão dias chuvosos, salvo calamidades excepcionais, como motivos imprevisíveis ou de força maior, devendo a CONTRATADA estar programada para sua inevitável ocorrência.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

- 1) As obras objeto do presente Contrato, estão orçadas em R\$: _____, com recursos orçamentários oriundos da dotação: _____, Programa de Trabalho n° _____.
- 2) Os pagamentos serão feitos parceladamente, de conformidade com o andamento das obras e as medições respectivas. + CRO NO ORAMA FISICA FIN.
- 3) Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário, on-line, à vista, mediante faturas apresentadas, quando da aceitação da medição da etapa pela fiscalização.
- 4) Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pela CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die, pelo índice de 1% (um por cento) ao mês, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA. O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados do adimplemento de cada parcela, em observância ao disposto no art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei Federal n° 8.666/93. * APRESENTAÇÃO DA FATURA, DEVIDAMENTE INSTRUIDA DAS CERTIDÕES E DOCUMENTOS
- 5) Em caso de pagamento antecipado, incidirá a taxa de 1% (um por cento) de desconto ao mês, calculada pro-rata die, entre o dia do pagamento e o 30°

[assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo:	1890/2015
Página:	79
Rubrica:	<i>[Handwritten Signature]</i>

(trigésimo) dia da data do recebimento do documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura). + *DEVIDAMENTE INSTRUIDA*

CLÁUSULA QUARTA – MEDIÇÕES

As medições serão parciais e deverão receber o visto da Secretaria Municipal de Obras, ou de outro órgão designado.

CLÁUSULA QUINTA – DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO

1) As obras contratadas serão dirigidas pelo Engenheiro da CONTRATADA, devidamente habilitado perante ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, para o exercício da profissão.

2) A Prefeitura reserva-se o direito de exercer a fiscalização das obras por intermédio de seus serviços de engenharia, comissão especialmente designada ou pessoas devidamente credenciadas.

3) A fiscalização transmitirá por escrito à CONTRATADA, suas instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe decidir os casos de dúvida que surgirem no decorrer das obras.

4) A empreiteira responderá pela solidez, segurança, proteção e durabilidade da obra executada, pelo prazo previsto de acordo com o Código Civil e legislação em vigor.

5) É de obrigação da empreiteira providenciar a anotação de responsabilidade técnica referente a execução das obras, junto ao CREA/RJ, enviando cópia da mesma à PREFEITURA.

6) É obrigação da CONTRATADA manter, durante a execução do Contrato, compatibilidade com todas as obrigações assumidas, relativas às condições de qualificação exigidas, para fins de contratação, encaminhando à CONTRATANTE, sempre que solicitado, os aludidos documentos.

CLÁUSULA SEXTA – MATERIAL EMPREGADO

1) A CONTRATADA obriga-se a empregar na execução dos serviços, materiais de superior qualidade, e que contenham as características exigidas nas especificações e projetos.

2) A utilização pela CONTRATADA, de materiais similares aos preconizados pela PREFEITURA, na licitação, somente poderá ocorrer no caso de emprego de materiais com qualidade igual ou superior a esses, dos pontos de vista de suas características físicas e estéticas, e após aceitação expressa e por escrito da fiscalização.

[Handwritten Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo: 1890/2015
Página: 75
Rubrica: *[assinatura]*
DIVISÃO DE LICITAÇÕES
Secretaria Municipal de Saúde

CLÁUSULA SÉTIMA – ENCARGOS

A CONTRATADA fica responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do presente Contrato e deve manter todas as condições de habilitação ao longo de toda a execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a PREFEITURA resolva fazer, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do presente Contrato, de acordo com os preços unitários apresentados na proposta.

CLÁUSULA NONA – FALHAS, ENTREGA, RECEBIMENTO E RECUSA

1) De toda e qualquer má execução ou trabalho defeituoso eventualmente verificado pelos fiscais da PREFEITURA no andamento das obras, será imediatamente notificada a CONTRATADA, que ficará obrigada a reparar a má execução ou a substituir o trabalho defeituoso ou executado fora das especificações, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais reparos e substituições, que não serão computados nas medições até que estejam em perfeita ordem.

2) O recebimento das obras será efetuado por comissão especialmente designada pela PREFEITURA para tal fim, tão logo a CONTRATADA comunique por escrito o término das obras e entregue-as no prazo fixado, ou após o vencimento deste, com as sanções previstas.

- 2) A comissão de aceitação de obras, ao ser comunicada pela CONTRATADA, da conclusão dos serviços:
- a) Verificará se as obras foram executadas de acordo com as disposições da Tomada de Preços, Contrato, Projetos e Especificações Gerais;
 - b) Comunicará diretamente à empresa CONTRATADA as irregularidades, se houver, e as descreverá no verso do termo de recebimento provisório, que será anexado ao processo original. Não se verificando irregularidades, assinará o termo de recebimento provisório, que será anexado ao processo original, para fins de ser liberada a última parcela do pagamento, conforme o Cronograma Físico-Financeiro;
 - c) Decorridos 90 (noventa) dias do recebimento provisório sem que se revele vício ou defeito, será passado o termo de recebimento definitivo;





PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo:	1890/2015
Página:	76
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>
DIVISÃO DE COMPRAS Cabo Frio	

d) O ato de aceitação definitiva não exime a CONTRATADA das obrigações definitivas previstas no novo Código Civil e demais responsabilidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

Se a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer das obrigações assumidas, bem como deixar de dar aos trabalhos o ritmo necessário à execução das obras, ficará sujeita às seguintes penalidades, dentre outras:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) por dia útil, sobre o valor do Contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, após esgotado o prazo da alínea anterior;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

1) As sanções previstas nas alíneas anteriores poderão ser aplicadas em conjunto, e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantindo o recurso por parte do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

2) As sanções previstas nas alíneas “c” e “d”, poderão também ser aplicadas às licitantes que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista que tenham sofrido condenação definitiva por praticarem por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

- 1) O presente Contrato será considerado rescindido:
 - a) No caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do Contrato pela CONTRATADA.

[assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo: 1890/2015
Página: 77
Rubrica: [assinatura]
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- b) Quando, pela reiteração de impugnações ou advertências feitas pela PREFEITURA, ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução ou para prosseguir na sua execução.
 - c) Se a CONTRATADA falir, entrar em concordata, em liquidação ou dissolução, ou ainda ocorrer alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução das obras ou serviços, hipótese em que as obras serão recebidas pela PREFEITURA na situação em que se encontrarem, ficando esta desobrigada de qualquer vínculo para com a CONTRATADA, sua massa falida ou sucessores da massa.
 - d) Se a CONTRATADA transferir o presente Contrato ou a sua execução no todo ou em parte, sem prévia autorização da PREFEITURA.
 - e) Se, na execução da obra, vier a CONTRATADA comprometer a ordem ou a segurança pública.
 - f) Se a CONTRATADA deixar de cumprir rigorosamente o Cronograma apresentado, no decorrer dos serviços, devendo os serviços já executados serem pagos até a suspensão do Contrato, mediante comunicação por escrito por parte da PREFEITURA.
 - g) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 2) Caso ocorra a rescisão prevista nos itens anteriores, a PREFEITURA poderá contratar o restante das obras com qualquer das outras firmas licitantes na presente licitação, mantidas todas as condições do contrato, sendo usado como critério preferencial a ordem de classificação da mesma.
- 3) No caso de rescisão previsto no Art. 77 da Lei nº 8.666/93, o Contratado reconhece desde já as vantagens e os direitos da PREFEITURA previstos no Art. 80 e outros da Lei 8.666/93.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo: 1890/2015
Página: 78
Rubrica: *[assinatura]*
DIVISÃO DE COMISSÃO
Comissão Municipal de Licitação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VIGÊNCIA

Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura pela PREFEITURA, pela CONTRATADA e pelas testemunhas a seguir nominadas e identificadas, sendo regido nos casos omissos pelas Leis 8.666/93, 8.078/90 e 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Cabo Frio, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões resultantes deste Contrato. E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes estarem de acordo com todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

DECRETO FEDERAL
Nº 7983/2013

Cabo Frio/RJ, ____ de _____ de 2016.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME:
IDENT.:
C.P.F.:

2) _____
NOME:
IDENT.:
C.P.F.:





PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo:	1890/2015
Página:	79
Rubrica:	<i>[Handwritten Signature]</i>
DIREÇÃO GERAL DE LICITAÇÃO Secretaria Municipal de Saúde - Cabo Frio	

ANEXO IV

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
A/C da Comissão Permanente de Licitação

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2016.
Abertura dia ____/____/____, às ____ horas.

DECLARAÇÃO
(Item 7.2.13 do Edital)

14

A empresa _____,
com sede na _____,
inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, Inscrição
Estadual/Municipal nº _____, pelo seu representante legal,
_____, portador da Carteira de Identidade
(RG) nº _____, expedida pelo _____
e inscrito no C.P.F. sob o nº _____, vem pela presente,
DECLARAR, em atendimento ao item _____ do Edital, que não possui
empregados menores de 18 (dezoito) anos, trabalhando em horário noturno, em
trabalho perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer
trabalho, salvo na condição de aprendiz, maiores de 14 (quatorze) anos observado
o disposto no Decreto nº 4.358, de 05/09/2002.

Cabo Frio/RJ, ____ de _____ de 2016.

Representante legal da Firma

[Handwritten mark]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo:	1890/2015
Página:	80
Rubrica:	<i>[Handwritten Signature]</i>
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO SECRETARIA DE SAÚDE	

ANEXO V

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
A/C da Comissão Permanente de Licitação
REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2016.
Abertura dia ____/____/____, às ____ horas.

DECLARAÇÃO
(Item 7.2.14 do Edital)

15

A empresa _____,
com sede na _____,
inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, Inscrição
Estadual/Municipal nº _____,
_____, pelo seu representante legal, _____,
portador da Carteira de Identidade (RG) nº _____,
expedida pelo _____
_____ e inscrito no C.P.F. sob o nº _____

vem pela presente, **DECLARAR**, em atendimento ao item _____ do Edital, que se submete as condições estabelecidas no Edital em epígrafe, principalmente no que tange ao prazo de entrega do objeto da referida licitação.

Cabo Frio/RJ, ____ de _____ de 2016.

Representante legal da Firma

[Handwritten mark]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
REGIÃO DOS LAGOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE
Comissão Permanente de Licitação

Processo:	1890/2015
Página:	81
Rubrica:	<i>[Handwritten Signature]</i>
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO	

ANEXO VI

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

A/C da Comissão Permanente de Licitação
REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2016.
Abertura dia ____/____/____, às ____ horas.

TERMO DE ENCERRAMENTO
(Item 7.2.15 do Edital)

16

A empresa _____,
com sede na _____,

inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____,
Inscrição Estadual/Municipal nº _____,
pelo seu representante legal, _____,
portador da Carteira de Identidade (RG) nº _____,
expedida pelo _____ e inscrito no C.P.F. sob o nº _____,

vem pela presente, **DECLARAR**, em atendimento ao item _____ do Edital, que a documentação constante do ENVELOPE "A", referente a HABILITAÇÃO da citada empresa, possui _____ (_____) folhas, numeradas de forma sequencial, incluindo a folha do presente Termo.

Cabo Frio/RJ, ____ de _____ de 2016.

Representante legal da Firma

[Handwritten Signature]